

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 116.570 - MT (2019/0237735-8)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
RECORRENTE : JOSE WANDERSON DE SOUZA SILVA (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MATO GROSSO
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por JOSE WANDERSON DE SOUZA SILVA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso (HC n. 1007745-70.2019.8.11.0000).

Extraí-se dos autos que o recorrente cumpre pena que foi unificada no total de 8 (oito) anos, 4 (quatro) meses e 26 (vinte e seis) dias de reclusão, em regime inicial fechado. Após adimplir o requisito objetivo, em 9/3/2019, a defesa requereu a progressão ao regime semiaberto, e o Juízo singular, ao analisar o pedido, constatou a ausência do cumprimento do requisito subjetivo, requerendo os exames legais para posterior análise do pleito.

Irresignada, a defesa impetrou ordem de *habeas corpus* perante o Tribunal *a quo*, na qual alegou demora para a apreciação do pedido de progressão.

A Corte estadual denegou a ordem, determinando ao Juízo da execução maior brevidade na análise da pretensão, em acórdão que está assim ementado (fls. 305/306):

HABEAS CORPUS - PROGRESSÃO DE REGIME - ALEGADA DEMORA NA APRECIÇÃO DO PLEITO - INOCORRÊNCIA - IMPLANTAÇÃO DO SEEU - PENDÊNCIA DO ESTUDO PSICOSSOCIAL PARA AFERIR O MÉRITO DO REEDUCANDO - INEXISTÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO JUIZ A QUO QUANTO À MATÉRIA – SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA – , EM ORDEM DENEGADA CONSONÂNCIA COM O PARECER MINISTERIAL.

A paralisação das atividades – com vista à melhoria dos trabalhos nas varas de execução penal – implantação do SEEU – não pode ser compreendida como retardo indevido ou desnecessário, provocado, deliberadamente, em prejuízos à defesa.

Estando os autos da execução penal no aguardo do atestado carcerário e do laudo psicossocial para a análise do requisito subjetivo da progressão de regime, não há que se cogitar de excesso de prazo injustificado, quando não se vislumbra desídia da autoridade acoimada de coatora na condução do feito. [...] (TJ/MT, HC

Superior Tribunal de Justiça

1014964-71.2018.811.0000).

Se o juiz da execução não deliberou quanto à progressão de regime, não cabe a este Tribunal apreciar o pleito, sob pena de supressão de instância.

No presente recurso, o recorrente reitera as argumentações do *mandamus*, no qual afirma que adimpliu os requisitos legais exigidos para obter a almejada progressão prisional.

Requer, desse modo, em liminar e no mérito, o provimento do recurso para que seja concedida a progressão ao modo intermediário de execução de pena, tendo em vista o cumprimento dos pressupostos subjetivo e objetivo necessários para a obtenção da benesse almejada.

Liminar indeferida às fls. 336/337.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem, conforme parecer de fls. 116/570.

É o relatório.

Decido.

Da atenta leitura do acórdão impugnado, verifica-se que o Tribunal de origem não conheceu da impetração por não haver manifestação do Juízo de primeiro grau a respeito do pedido de progressão de regime. O que impede o conhecimento do presente recurso, sob pena de incorrer em supressão de instância.

Entretanto, no âmbito do processo de execução, verifica-se que o pedido de progressão de regime foi formulado há mais de seis meses e ainda aguarda a conclusão de exame criminológico para a aferição da existência do requisito subjetivo.

Ao determinar a realização do exame criminológico o Juízo de primeiro grau assim se manifestou:

No entanto, pende de análise, tão somente, quanto ao preenchimento do critério subjetivo.

Desta feita, considerando que um dos crimes perpetrados pelo recuperando se deu mediante violência ou grave ameaça, submeta-o aos exames legais, com a máxima urgência (fls. 287/288).

O Tribunal de origem, como dito alhures, não conheceu da *habeas corpus* lá impetrado.

A jurisprudência desta Corte Superior tem entendimento reiterado que, em

Superior Tribunal de Justiça

que pese a não obrigatoriedade de realização do exame criminológico, o Juízo das execuções pode determinar sua realização para melhor analisar o requisito subjetivo necessário à progressão penal, desde que o faça de maneira fundamentada em intercorrências da própria execução.

No que diz respeito a gravidade do crime que ensejou a condenação e sua utilização para justificar a realização de exame criminológico, esta Corte Superior, em casos semelhantes, tem reconhecido a existência de constrangimento ilegal.

Vejamos:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. VIA INADEQUADA. NÃO CONHECIMENTO. PROGRESSÃO DE REGIME DEFERIDO EM PRIMEIRO GRAU. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO EM SEGUNDO GRAU. DETERMINAÇÃO DE EXAME CRIMINOLÓGICO. GRAVIDADE DO DELITO PRATICADO (TRÁFICO DE DROGAS - APREENSÃO DE 18 KG DE MACONHA). FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e este Superior Tribunal de Justiça, por sua Terceira Seção, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, desde a Lei n. 10.792/2003, que conferiu nova redação ao art. 112 da Lei de Execução Penal, aboliu-se a obrigatoriedade do exame criminológico como requisito para a concessão da progressão de regime, cumprindo ao julgador verificar, em cada caso, acerca da necessidade, ou não, de sua realização, podendo dispensá-lo ou, ao contrário, determinar sua realização, mediante decisão concretamente fundamentada na conduta do apenado no decorrer da execução. Precedentes.

3. Fatores relacionados ao crime praticado são determinantes da pena aplicada, mas não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, de modo que o exame criminológico somente poderá fundar-se em fatos ocorridos no curso da própria execução penal (HC 323553/SP, Sexta Turma, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Julgado em 18/8/2015, DJe 3/9/2015).

4. In casu, o Tribunal de origem, ao examinar recurso ministerial que atacava decisão que deferira a progressão de regime prisional, determinou a realização de exame criminológico sem a devida fundamentação, pois baseada na gravidade do delito praticado - tráfico de drogas (apreensão de 18kg de maconha).

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para, ratificando a liminar deferida, restabelecer a decisão do Juízo

Superior Tribunal de Justiça

de primeiro grau que deferiu ao paciente a progressão para o regime semiaberto (HC 475.120/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 09/04/2019)

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. BENEFÍCIO INDEFERIDO, COM BASE NA GRAVIDADE ABSTRATA DOS DELITOS E NA LONGA PENA A CUMPRIR. NOTÍCIA DE FALTA GRAVE PRATICADA EM 2014. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Ausência idônea fundamentação para denegar a progressão de regime quando ausente motivo concreto para negatização do requisito subjetivo, já que a quantidade da pena e os fatores relacionados ao crime praticado não justificam diferenciado tratamento para a progressão de regime, mormente na hipótese em que as faltas disciplinares são antigas e o reeducando é portador de atestado de bom comportamento e exame criminológico favoráveis. Precedentes.

2. Agravo regimental improvido (AgRg no HC 457.405/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, DJe 27/02/2019)

Assim, de rigor o reconhecimento do constrangimento ilegal decorrente da determinação de realização do exame criminológico e do excesso de prazo para sua confecção.

Em já tendo sido realizado o exame criminológico, nada impede sua utilização, mas não se pode exigir que o paciente aguarde preso em regime fechado, por prazo que extrapola os limites razoáveis, a confecção do exame determinado em descompasso com a jurisprudência pátria.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XVIII, alínea *b*, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do presente recurso em *habeas corpus*. Contudo, concedo a ordem, de ofício, para determinar que o Juízo das Execuções analise, de imediato, o pedido de progressão de regime formulado pelo paciente, independente da conclusão do exame criminológico. Em já tendo sido concluído o exame até a comunicação da presente decisão, não há óbice em sua consideração na decisão a ser tomada.

Publique-se.

Intime-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

